

INCLUSÃO E SEUS SUJEITOS NA EDUCAÇÃO

Rosângela Cássia de Sá Silva^{1*}, Vanessa Gomes de Moura¹, Verbena Maria de Sousa¹, Joaquina Maria Portela Cunha Melo².

1. Licencianda em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Piauí, Campus *Teresina Central*
*angelcassiasasilva@gmail.com

2. Docente do Instituto Federal do Piauí / Campus *Teresina Central* / Orientadora
joaquina.cunha@ifpi.edu.br

Resumo:

O atendimento a pessoas com deficiência no Brasil não é algo recente na história, remonta ao século XIX, no entanto, somente em meados do século passado, é que se fortaleceu a legislação voltada para garantir os direitos de pessoas com deficiência.

Através da aplicação de questionário, observou-se a narrativa de professor e alunos acerca de como a inclusão de pessoas com deficiência está se efetivando no dia a dia no Instituto Federal do Piauí, *Campus Teresina Central*, local da pesquisa.

Com isso, os resultados corroboram com muitos estudos na área de educação inclusiva, uma vez que os professores, principalmente, não se sentem preparados para oferecer estratégias que facilitem o ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva, ensino-aprendizagem, estratégias de ensino.

Introdução:

Durante muito tempo, as pessoas com diferentes deficiências viviam à margem da sociedade, elas eram vistas como “doentes” e incapazes, não possuíam direitos sociais como o acesso à educação regular (BRASIL, 2001).

No Brasil, o atendimento às pessoas com necessidades especiais teve início com a criação de centros especializados como, por exemplo, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. Outro Instituto que também prestava um atendimento especializado era o Instituto Pestalozzi (MEC/SECADI, 2008).

Com a fundamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61 e da Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, o atendimento educacional passa a ocorrer preferencialmente na escolar regular, pois determina-se que “Os sistemas de ensino

matricule todos os estudantes, cabendo às escolas se adequarem às necessidades educacionais especiais dos educandos”. Com isso, o processo de inclusão necessita constantemente de mudanças e reflexões, entretanto, as adequações não são efetivamente realizadas na realidade educacional do nosso país.

Apesar disso, o número de educandos com diferentes deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação tem aumentado na educação básica e no ensino superior, requerendo adaptações que garantem a permanência desses alunos.

Este trabalho tem por objetivo compreender o que dizem professores e alunos deficientes e não deficientes sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais e a relação destes com alunos não deficientes, bem como, reconhecer que mesmo com a legislação educacional específica garantidora dos direitos das pessoas com deficiência, ainda há muito a se fazer para uma eficaz consolidação destes direitos. No que diz respeito aos direitos à educação pelos alunos deficientes, as questões voltadas para a formação dos professores é, possivelmente, o item mais delicado, além das limitações impostas aos deficientes pelas instalações físicas das escolas.

Metodologia:

Os dados foram coletados através de entrevista com um professor, uma aluna do curso Técnico em Contabilidade e aluna portadora de deficiência (acondroplasia) do curso Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - ADS, todos do Instituto Federal do Piauí, *Campus Teresina Central* - IFPI.

Nas entrevistas, foram utilizados roteiros diferenciados, conforme os quadros 1, 2 e 3.

Quadro 1 - roteiro dedicado ao professor.

- | |
|-------------------------------------|
| 1- Você tem algum aluno deficiente? |
| 2- Qual a deficiência do seu aluno? |

- 3- Ele acompanha as atividades e participa das aulas?
- 4- Como é a relação dos alunos não deficientes com o aluno deficiente?
- 5- Qual sua opinião sobre a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino?

Quadro 2: roteiro dedicado ao aluno não deficiente.

- 1- Na sua classe tem aluno com deficiência?
- 2- Qual a deficiência do aluno?
- 3- O aluno com deficiência participa das aulas e interage com a turma?
- 4- Os professores utilizam recursos para melhorar a aprendizagem do aluno com deficiência?
- 5- Qual sua opinião sobre a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino?

Quadro 3 - roteiro dedicado ao aluno deficiente.

- 1- Qual seu curso?
- 2- Você participa das aulas com frequência?
- 3- Quais as disciplinas que mais gosta?
- 4- Os professores utilizam recursos para melhorar sua aprendizagem?
- 5- O que melhorou desde que você começou a estudar na instituição?
- 6- Quais as principais dificuldades para você?
- 7- O que poderia melhorar na instituição para você ser incluído?

Resultados e Discussão:

O professor relatou ter uma aluna com deficiência visual, que acompanha e participa das aulas frequentemente e se relaciona muito bem com a turma.

Na entrevista realizada com a aluna não deficiente, que na classe tinha uma aluna com deficiência física, que desistiu do curso nos primeiros meses, ela apresentava dificuldade em algumas disciplinas, como matemática, e participava das aulas, porém interagia somente com alguns alunos.

Sobre a inclusão de pessoas com deficiência na rede regular, ela disse que é importante, mas as escolas precisam se adequar para receber esses alunos e sugeriu mudanças no IFPI como acesso alternativo ao refeitório, ou seja, rampas de acesso para serem usadas por deficientes físicos quando não for possível utilizar o elevador. Além disso, falou da importância e necessidade do uso de metodologias diversificadas em sala de aula.

Na entrevista realizada à aluna deficiente física do curso de ADS do IFPI, constatou-se que ela participa das aulas com frequência e as disciplinas que mais gosta são Algoritmo e Introdução à Computação.

Quando perguntada sobre a utilização de recursos didáticos por professores para melhorar sua aprendizagem, ela disse que eles não utilizam, até porque sua deficiência não compromete sua aprendizagem. Ela precisa, principalmente, de uma estrutura arquitetônica mais adequada para seu acesso.

Corroborando com (TEZANI,2017), que afirma que educação inclusiva demanda adaptações e investimentos na formação dos professores, na estrutura física das escolas e uma prática pedagógica voltada para esses alunos, as entrevistas evidenciaram as dificuldades enfrentadas por professores e alunos com deficiência no processo educacional.

Sobre a inclusão, o professor falou: “Concordo plenamente, isso pode favorecer a inclusão social de pessoas com deficiência, pois os colegas de sala e professores podem sentir-se mais motivados com essa causa”; ressaltando que não se sentiu preparado quando soube que teria uma aluna deficiente.

Sobre as dificuldades enfrentadas, a aluna com deficiência, relatou a necessidade de uma mesa e cadeira adaptadas na sala de aula, biblioteca e refeitório, dificuldades em se comunicar com funcionários nos departamentos, devido à altura dos balcões e na utilização a pia do banheiro.

Conclusões:

Os dados levantados neste trabalho corroboram que a inclusão de pessoas com deficiência requer muita atenção, pois os professores não se consideram preparados, carecendo de investimento no processo de formação de professores. A estrutura física dos prédios exige adaptações para atenderem as necessidades desses educandos.

Portanto, é importante discutir o tema nas escolas, pois é notável a necessidade da criação de políticas mais inclusivas, para que esses alunos se sintam acolhidos nas unidades educacionais de ensino regular.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9.394. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 25.abr.2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Especiais da Educação Especial na Educação Básica. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP,2001.

MEC/SECADI. Política Nacional de Educação

Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>. Acesso em: 25 Abr 2017.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. "A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?" Revista on line de Política e Gestão Educacional 6 (2017).